

Explorações em antropologia dos processos globais: o caso da comunidade científica e a SIDA/AIDS**

Uma pequena viagem da memória leva-me a uma marca ancestral, as *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*¹. Estávamos então noutra escola, noutra turma, noutras perspectivas e mesmo noutra época ideológico-teórica. Mas do manual de introdução às ciências sociais vinha a regra de ouro; ali se decretava inimigo o senso comum e se incitava à análise — sem receitas, éramos inspirados com casos.

Não trabalhei então directamente com o Prof. Sedas Nunes, assim o fez a arrumação das turmas. Nem trabalhei directamente quando ingressei no ICS, assim o fizeram as coisas da vida. Os nossos contactos foram sempre mediados por papéis, como hoje. Dedico-lhe uma comunicação exploratória que fiz em tempos, mal arrumada ainda, feita de buscas e fugas ao senso comum.

GLOBAL E COMPLEXO

Aqueles que de entre nós se têm dado à aventura de estudar, enquanto antropólogos, os processos globais e de complexidade mais óbvia² têm encontrado várias formas de resistência. Uma delas é a dos próprios inquiridos, que, conhecendo de algum modo a antropologia, nos remetem para os sectores

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Uma versão original deste *paper* foi apresentada na XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte, Abril de 1992, na sessão «Globalismo e localismo: uma antropologia das novas fronteiras», coordenada por Gustavo Lins Ribeiro, da Universidade de Brasília. Agradeço os comentários dos participantes da mesa, bem como aos diversos colegas que trocaram impressões sobre este assunto e às instituições que colaboraram na pesquisa: Instituto de Ciências Sociais, JNICT — INVOTAN, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, CUNY, Museu Nacional UFRJ, Instituto de Medicina Social, UERJ.

¹ A. Sedas Nunes, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, cadernos GIS, 1973.

² Um velho binarismo opõe sociedades «simples» e «complexas», dobrando a oposição «primitivas»/«desenvolvidas» e escondendo que as sociedades ditas simples são-no apenas na aparência e integram múltiplos níveis de complexidade. O uso do termo «complexo», neste contexto, é operativo e não conceptual.

periféricos do objecto que pretendemos estudar. Por exemplo, quando Gustavo Ribeiro estudava o processo de construção da megabarragem de Yaciretá³, na fronteira da Argentina com o Brasil, os mais informados dos interlocutores (e não já aqueles que identificam antropólogos com ruínas, ossos ou indigenismo), pensavam que ele estava a estudar o impacto da barragem na população local. E o que ele estava a examinar mesmo era o processo pelo qual o capital se organiza para criar empreendimentos concentracionários de desenvolvimento a que cabe perguntar se, de facto, desenvolvem alguma coisa que não a própria lógica de acumulação⁴. Ou, quando eu pesquisava sobre a criação, utilização e negociação dos modelos biomédicos para entender a SIDA no Brasil (enfatizando a negociação de modelos epidemiológicos e infecciológicos com referência aos modelos hegemónicos norte-americanos), era geralmente remetida para os sectores de saúde indígena, terreiros de candomblé, cristais *new age* ou curas e mezinhas populares, sempre associadas à antropologia.

Outra das resistências é a dos próprios colegas das ciências sociais, que, deslocado o objecto, deixam de reconhecer a antropologia. Acham que nos fundimos e confundimos com a sociologia, ou a história, ou a ciência política, quem sabe, a economia e a psicologia social.

Ambas as resistências reverberam: será que é ainda antropologia esta pretensão de alcançar a escala global e a que alguns já chamaram, experimentalmente, «macroantropologia»⁵? E em que se distingue da sociologia da ciência esta aproximação antropológica à produção dos modelos científicos? Estas perguntas exigem um breve exame da situação desta disciplina nas ciências sociais e humanas, isto é, uma recapitulação da história da antropologia, do seu legado de criatividade metodológica e aventura cognitiva e da sua característica de intimidade triádica método/objecto/teoria. É possível que nas repostas se vislumbre um grande momento de inovação, e não o crepúsculo antevisto pelos que se circunscrevem à ligação da disciplina com as sociedades descritas como tradicionais e primitivas.

ANTROPOLOGIA DE OLHO NU

Os universos e unidades de análise procurados pelos primeiros antropólogos eram propositadamente «simples», empiricamente abarcáveis no seu todo, passíveis de recortar do resto da sociedade humana, pensados como uma cultura independente, diferente, original. O esforço criado para captar essa originalidade desenvolveu-se a par e passo com métodos adaptados à noção de isolamento

³ Gustavo Lins Ribeiro, *Empresas Transnacionais: Um Grande Projeto por dentro*, ANPOCS/Marco Zero, 1991.

⁴ O autor conclui que um sistema de pequenas barragens traria os mesmos benefícios para a população sem os prejuízos advindos de um megaprojecto.

⁵ Ulf Hannerz, *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1992.

e recorte. Esses métodos criaram o estilo único do trabalho antropológico e o seu carácter de trabalho artesanal, em que arte pessoal se mistura com técnica aprendida, numa visão do campo a olho nu, envolvendo todos os sentidos e roubando por um tempo a própria vida do antropólogo, separado da sua língua e cultura, adaptado à de estudo, sujeito aos efeitos dessa química esquizofrenizante e transformadora.

DESLOCAÇÃO DE OBJECTO

Esgotadas as ilhas, as comunidades de montanha e outros ditos isolados do planeta, acabada a ilusão do fechamento, uma nova fase caracterizou a disciplina: a do estudo de sociedades locais reconhecidamente integradas em esferas mais vastas, como é o caso das sociedades camponesas integradas em estados nacionais e a eles ligadas por vínculos que determinam alguns processos locais. Essa mudança acarreta o reconhecimento de que os processos locais observáveis pelos métodos de «olho nu» (interacção, conversa, observação, levantamento de genealogias, cadastro, etc.) não são entendíveis se não se recorrer à análise de níveis mais vastos de integração. Durante esse período, alguns antropólogos continuaram a procurar as últimas tribos isoladas, ou pelo menos as de menor contacto, enquanto outros começaram a explorar modelos para entenderem a relação entre as sociedades locais e as esferas mais vastas.

EXPLORAÇÕES CAMPONESAS E URBANAS

Começando com os estudos camponeses de que ficou marcante o trabalho de Redfield⁶, desenvolvendo as noções de *part-societies* e *part-cultures*, essa exploração do «menos fechado» viria a ter a verdadeira prova de fogo em contexto urbano. Quando, como fez Oscar Lewis para a «cultura da pobreza»⁷, se tentou isolar uma esfera de interacção social urbana e pensá-la como cultura auto-sustentada, teve-se como resultado uma fantasia antropológica que não resiste a pressões intelectuais e políticas da sociedade urbana que a integra⁸ — o que não é incompatível com excelente qualidade etnográfica, como é o caso do trabalho de Lewis. Esse tipo de contradição só pode ser ultrapassado pelo desenvolvimento conceptual e metodológico no estudo do urbano, que irá afectar a teoria antropológica no geral.

⁶ Robert Redfield, *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, 1960.

⁷ Oscar Lewis, e. g., *La Vida*, Nova Iorque, Random House, 1965.

⁸ A reificação da «cultura da pobreza» suscitou não apenas debates académicos, mas também discussões políticas, nos Estados Unidos, uma vez que alguns políticos usaram a noção de uma cultura da pobreza auto-sustentada para cortar programas sociais para melhoria de vida das populações desprotegidas.

A COMPLEXIDADE COMO RESÍDUO

Porém, o «desafio da complexidade» que tem sido sobretudo agarrado por alguma antropologia urbana parece não ter afectado ainda a disciplina de uma forma significativa. A complexidade é vista ainda como uma categoria residual e incómoda que perturba a clareza dos universos fechados que a antropologia da primeira geração nos deixou como legado metodológico. A «cultura antropológica» é mais conhecida pela sua metodologia de estudo local e quase sempre tomada pelo seu gosto pelas margens e minorias facilmente «fecháveis» em categorias cognitivas pré-fabricadas, já disponíveis no vocabulário comum. Mas talvez o facto mesmo de tomarmos consciência desta situação e nos perguntarmos sobre as direcções de mudança seja um indício de que estamos a mudar, se bem que não sabendo ainda exactamente para onde.

AVENTURAS NA GLOBALIZAÇÃO

Os estudos exploratórios dos processos globais que temos neste momento não consolidaram ainda um corpo teórico; são algumas aventuras metodológicas em torno da possibilidade de articular o local e o global, de no local estudar o funcionamento do global e, ao mesmo tempo, de aventar a própria morfologia do global. A natureza dos fenómenos estudados condiciona o desenvolvimento conceptual. Estudos que envolvem capital voltam aos modelos que, a partir da economia, os conceptualizam — a criação de desigualdade, a teoria da dependência, o sistema mundial⁹. Já estudos que envolvem fenómenos como a arte devolvem-nos para modelos pós-modernistas da ordem do mundo, de polifonia multicêntrica, onde aqueles que do ponto de vista económico seriam os mais atrasados podem ser os mais criadores, as periferias podem ser os centros, os centros são móveis, os fluxos correm de outra maneira. Neste campo a complexidade não se organiza pelas linhas fortes e mecanismos identificáveis em torno de princípios, ideias centrais e definidoras, poderosas, como as do capital, mas antes numa teia de redes cujo nexa há que descortinar.

O ESTUDO SOCIAL DA CIÊNCIA

A minha própria exploração dos fenómenos globais passa por examinar um processo que se entende como universal, que é a produção científica, num contexto de rápida expansão, que é a resposta à epidemia de SIDA, ademais definida em termos de acção global (o programa especial de SIDA da OMS chama-se «Global Program on AIDS»), e todavia vivida localmente na diferença, exposta à necessidade e possibilidade de negociação nos modelos científicos

⁹ E. g., June Nash, «Ethnographic aspects of the world capitalist system», in *Annual Review of Anthropology*, 10, 1981, e Immanuel Wallerstein, *The Modern World System*.

que foram rápida e toscamente construídos para fazer face à epidemia a partir de centros com mais poder de produzir saber científico, mas não necessariamente menos «locais» ou mesmo paroquiais e limitados.

O estudo da produção social da ciência permite-nos o duplo objectivo de estudar o global no local, articulando-os, e aventurar modelos da ordem global que ultrapassem a rigidez do modelo de modernização («desenvolvidos/atrasados») ou da dependência (o desenvolvimento de uns é condição de criação do subdesenvolvimento). As questões sobre desenvolvimento científico, que combina criação e investimento económico, não podem ser vistas independentemente de uma conceptualização da ordem mundial; quando tentamos explicar globalmente as razões da assimetria na produção científica, quando todos sabemos que o processo de criatividade intelectual *não* está desigualmente repartido pela humanidade, usamos os modelos clássicos para a partição do mundo: falamos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou, ainda, em análises um pouco mais sofisticadas, abordamos os mecanismos da dependência na produção de ciência.

Para usarmos a ciência como o campo onde se poderá definir, talvez, um modelo e conceitos que nos permitam pensar a complexidade e descrever as estruturas do mundo contemporâneo há que examinar previamente o que tomamos por ciência, ou seja, abrir uma imensa «lata-de-vermes», uma caixa-de-pandora de perguntas em que nem tínhamos sequer pensado.

Aprendemos a ver a ciência como a produção cumulativa de conhecimentos que nos permite agir sobre a realidade, um trabalho universal, património da humanidade, e a que todos podemos recorrer independentemente das respectivas crenças sobre o funcionamento do mundo; vemo-la ainda como algo que se pode produzir desde que existam os meios, independentemente da latitude, crenças religiosas e idiosincrasias¹⁰.

Hoje, depois de a teoria crítica pós-modernista ter posto no banco dos réus o iluminismo e a modernidade e da generalização da atitude relativista e anti-etnocêntrica que a popularização da antropologia trouxe, cresceu a ideia de que a ciência pode ser vista como discurso de poder, particularmente o discurso de dominação da sociedade ocidental sobre as outras. Na versão mais radical deste ponto de vista, teriam sido apenas os instrumentos de dominação política que teriam «universalizado» o uso da ciência, ela também uma produção particular, culturalmente marcada. O debate gerado tem múltiplas versões, não faltando estudos empíricos que visam provar a acção dominadora da ciência noutras sociedades, incluindo a biomedicina, que aqui examinamos com mais detalhe.

Na antropologia médica, a questão orienta-se para situar a biomedicina (isto é, a medicina ocidental ou científica) como mais uma etnomedicina, própria de

¹⁰ Uma linha crítica de análise que vai de Feyerabend a Illich e de certa forma inclui Foucault vê-a antes como um construto particular, que vai desde um projecto implícito de opressão até uma imposição da ocidental cultura moderna sobre as outras a quem a também ocidental atitude relativista faz ver como equivalentes, donde oprimidas.

uma sociedade particular que acontece ter a hegemonia mundial contemporânea, ou como algo com características especiais que a tornam um empreendimento universal, património humano, passível de ser usada por todos, feita na letra e espírito do iluminismo e da modernidade.

A RESPOSTA À SIDA

Esta questão toma um carácter particularmente agudo numa situação contemporânea de gravidade maior como é a epidemia da SIDA; enquanto se discutiam estas questões nos cursos de antropologia médica em fins da década de 80, gerava-se uma imensa mobilização social em torno da SIDA. Em lugares como Nova Iorque ou S. Francisco esta epidemia não estava fechada nos hospitais, não era objecto de pesquisa e pensamento apenas no microscópio: ela estava na boca de todos, era assunto diário na imprensa e gerava constante mobilização social; fazia largamente repensar o academicismo das questões da antropologia médica. Facto social total, global, e de uma violência semelhante à guerra, a SIDA levanta implicações que nos obrigam a elaborar os conceitos de que dispomos e a rever os debates em que nos situamos. Os que tinham enfileirado com Foucault¹¹ no exame crítico da medicina destacavam-se agora a pedir à biomedicina mais pesquisa em drogas farmacêuticas para vencer a doença.

A todo o momento se articulam, na formação de conhecimentos sobre a SIDA — os quais permitem ainda pensar sobre a velocidade dos *media* de hoje — os aspectos de globalização com os aspectos da construção científica. Ao mesmo tempo que em torno da SIDA se deu um *boom* de hiperactividade em todos os níveis de pesquisa — da biologia molecular às ciências do comportamento, passando pela epidemiologia e pela clínica — a Organização Mundial de Saúde criou o «Programa Global de AIDS»¹², que procurava fazer convergir num saber unificado a diversidade de configurações com que a epidemia se manifestou no mundo.

O discurso mundializante produzido pelo Programa Global de AIDS da OMS combinou duas coisas: o assumir manifesto de uma atitude pós-imperialista, interactiva, chamando à participação de todas as forças sociais e de todos os países do mundo na luta contra a SIDA, como se incorporasse uma ordem do mundo pós-moderna, atenta às vozes dissonantes que vêm das diferentes forças sociais — países africanos, comunidades *gay* americanas, prostitutas, médicos, biólogos, activistas de direitos humanos, etc. Ao mesmo tempo, porém, esse discurso global é atravessado a toda a hora da visão clássica da partição do mundo (desenvolvido/subdesenvolvido) — e foi impunemente que

¹¹ Que, por coincidência amarga, morreu também com SIDA.

¹² O programa especial de AIDS foi criado em 1986 e tornou-se Programa Global de AIDS, coordenado por Jonathan Mann, em 1988. Foi a primeira grande instituição a adoptar o termo *global* no próprio título.

passou como modelo cognitivo a noção de uma epidemia de primeiro mundo e uma epidemia de terceiro mundo como forma de pensar as diferenças na manifestação da AIDS nos Estados Unidos e em África¹³.

Temos, assim, que a todo o momento a produção de conhecimento científico global e local sobre a SIDA está configurada e configura as assimetrias do mundo. Foi nos Estados Unidos e não em África que se reconheceu uma nova causa de morte, mais tarde identificada como um tipo complexo de infecção. Não foi em África, onde milhares de causas de morte se misturam para regularmente dizimar populações que dificilmente chegam aos meios sanitários básicos que a humanidade conhece hoje, mas nos Estados Unidos, entre jovens bem nutridos, e anteriormente saudáveis, longe da guerra, separados dos focos de infecção que ainda grassam noutras partes do mundo. Foi aí que se criou uma nova categoria nosológica para dar conta de mortes inexplicáveis.

O facto de ser nos Estados Unidos e não noutra lugar que primeiro foram descritas essas mortes trouxe para esta nova categoria nosológica várias características: umas envolvem a forma como foi tratada (rapidamente, gerando muita pesquisa, envolvendo muita verba, gerando bastante competição), outras envolvem a forma como foi pensada. É nessas que se centra esta abordagem, que tem como preocupação de fundo procurar entender se o processo de criação científica, bem como os processos de troca de ideias na ciência, acontecem no mundo de uma forma parecida com os da economia (ou seja, legível em termos de modelos do capitalismo), ou se, por outro lado, acontecem no mundo de uma forma mais parecida com o da criação artística, que não se reduz aos modelos do capitalismo que conhecemos e sugere um modelo de fluxos multidireccionais, polifónico e multicêntrico.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EPIDEMIOLOGIA

Há duas linhas de criação de conhecimento científico sobre a SIDA de maior relevância para estudar as questões propostas. A primeira é a área de epidemiologia e tem a ver com a forma como se pensou a distribuição da doença na população. Os casos dos primeiros jovens que foram descritos com esse problema de saúde foram também definidos como homossexuais. Foi em S. Francisco, Los Angeles, Nova Iorque. Nesses lugares a categoria *gay*, homossexual, era um conceito de uso geral, parte da língua, e reportando-se a um

¹³ A definição oficial da epidemiologia internacional da SIDA (Jonathan Mann *et al.*, *Scientific American*, 1988), que constitui uma referência até hoje ainda não ultrapassada pelas próprias instituições que a definiram, estabelecia três padrões para a doença: o padrão I, encontrado na Europa ocidental, Américas, Austrália (em suma, nos países desenvolvidos), coincidia com uma distribuição epidemiológica maioritária em homossexuais masculinos e utilizadores de drogas endovenosas; o padrão II, encontrado em África e nas Caraíbas, em que a doença se distribuía igualmente por homens e mulheres, donde se deduzia a forma de transmissão heterossexual, e o padrão III, para a Ásia e Europa oriental, com baixa notificação.

grupo que criava a sua identidade em torno da sua orientação sexual. Positivamente valorado por uns, instrumento de preconceito para outros, o conceito estava à disposição e foi incorporado pela linguagem médica — que classicamente o tinha como categoria patológica. Nos anos que antecederam a percepção desta nova causa de morte, os livros de texto de medicina já vinham incluindo uma categoria à parte para infecções comuns entre homossexuais — apresentando a categoria não como um instrumento para dar corpo a um preconceito, mas naturalizando-a como uma entidade médica (note-se que esses textos não associam as patologias a nenhuma variável «natural», inata, mas a comportamentos que servem de veículos a infecções particulares). Essa disponibilidade conceptual trouxe várias consequências para o modo como se fez face à doença. Uma consequência positiva foi ter acertado na identificação de um grupo altamente vulnerável — grupo que, aliás, já estaria a esse tempo largamente infectado na mais pura inocência e ignorância; e foi o trabalho com esse grupo onde a mortalidade grassou que permitiu desenvolver noções inéditas de prevenção¹⁴. Trabalhar com os grupos *gay* foi então uma interessante inovação para a medicina e uma actualização dos princípios interactivos do Programa Global de AIDS; porém, e aí está o outro lado da questão, este é apenas um dos lados da complexidade da epidemia. Esses grupos *gay* limitavam-se a sectores sociais restritos¹⁵ da Califórnia, Nova Iorque e alguns pontos europeus — ou seja, predominantemente da classe média branca, com formação superior, elevada auto-estima, prática do exercício da cidadania e experiência de poder mudar o curso dos eventos pela sua participação política. Ora a epidemiologia da SIDA extravazou em muito esses sectores, e a conceptualização da doença em torno do grupo homossexual teve também consequências negativas. A transposição desta categoria para outras partes do mundo, incluindo os sectores não-brancos, não urbanos dos Estados Unidos, onde não está associada à garantia de direitos civis, gerou efeitos como a negação¹⁶, alienação, estigma, discriminação. O que para o sector médico foi tomado como uma categoria biológica, naturalizada e independente de juízos de valor foi para o público um polarizador de preconceitos, catalisador de negação, de vulnerabilidade, e entrave à prevenção.

Cabe mencionar que neste ponto — o da definição das categorias epidemiológicas — se tem um dos exemplos de interacção bidireccional nas negociações em torno de modelos científicos. O modelo inicial de grupos de

¹⁴ Como o *safer sex*, isto é, a adopção generalizada de práticas sexuais de baixo risco de contaminação (extensível a todos, uma vez que os não infectados não são claramente identificáveis); esta proposta não teria surgido do pensamento médico, cujos instrumentos conceptuais acerca de infecção e epidemia apontariam mais para uma solução à maneira de Cuba, ou seja, o estabelecimento do cordão sanitário separando infectados de não infectados e a quarentena perpétua.

¹⁵ Nomeadamente um tipo de grupos sociais definidos pela consciência e orgulho *gay* que surgiu após o momento de Stonewall.

¹⁶ Por exemplo, os delegados de saúde da China afirmavam publicamente que não teriam qualquer problema com essa epidemia uma vez que na China não existiria homossexualidade.

risco, criado em torno de grupos recortados na cultura norte-americana dos anos 80 (homossexuais, heroinómanos, haitianos e hemofílicos), acabou por ser corrigido em negociações internacionais e substituído por modelos mais abrangentes, centrados em comportamentos de risco. Este modelo interactivo na produção de conhecimento científico está mais próximo de um modelo global de fluxos multilaterais do que do modelo de assimetrias rigidamente hierarquizadas que advém da análise económica.

IMUNOLOGIA E INFECCIOLOGIA

Um segundo campo de interesse é o da infecciologia, onde parece haver menos lugar para a negociação de modelos cognitivos e para a vulnerabilidade destes às categorias ideológicas e culturais. Os modelos parecem universais, de ciência «dura», não negociáveis. A configuração dos primeiros casos de SIDA, semelhantes à sintomatologia dos receptores de transplantes, alocou a doença na área da imunologia, que é um campo menos consolidado e que permite ainda a coexistência de diferentes modelos¹⁷, e uma das áreas mais férteis para propor novas concepções sobre doença e saúde — e mesmo donde um novo paradigma médico poderá hipoteticamente surgir. Cedo aconteceu, porém — por um sem-número de razões, desde a urgência de encontrar algo palpável para manipular a doença até às pressões de ordem económica —, que todos os esforços de pesquisa se centraram em torno de um modelo orientado para identificar e combater o «invasor» (aqui, o HIV), à maneira da bacteriologia pasteuriana, e respectivas noções de contaminação¹⁸.

A partir deste trabalho ainda exploratório de acompanhamento da produção de conhecimentos sobre SIDA dir-se-ia que no campo da imunologia/infecciologia coexistem vários tipos de interacção global que levam à produção científica. Na área mais próxima da clínica é possível citarmos alguns casos em que o modelo circular, interactivo e multidireccional existe. Veja-se o caso da inclusão da tuberculose entre as patologias associadas à SIDA; inicialmente não incluída, porque não encontrada entre os doentes homossexuais de classe média norte-americanos, ela foi percebida e teorizada no Brasil e só posteriormente reconhecida nos Estados Unidos e incluída na definição internacional de SIDA/

¹⁷ Podemos discernir, *grosso modo*, uma imunologia centrada num paradigma «bélico», em que se pensa o sistema imune como um exército de defesa do organismo para reagir aos «invasores», e um paradigma de «identidade», em que o sistema imune é visto como um mecanismo de distinção entre o que é próprio e o que é estranho.

¹⁸ Aqui, os «globalistas-economicistas» argumentariam que é a razão do capital que tudo determina, constatada a magnitude dos lucros obtidos com a aplicação de testes de HIV a doadores de sangue (por oposição à procura de um desinfectante eficaz) e com a venda de antivirais, como o AZT, que um único laboratório farmacêutico privado produz. Sendo estes os interesses que largamente determinam as direcções de pesquisa, temos que uma importante componente do problema segue a ordem dos fenómenos económicos, perturbando a eventual interacção multidireccional que uma pesquisa médica desta ordem exigiria.

AIDS. Já na área da chamada ciência básica, na virulogia e imunologia, não é frequente o diálogo em torno de modelos cognitivos. Bem podemos imaginar, para este momento, uma mudança de paradigma nas ciências biomédicas, quem sabe a partir do diálogo Norte/Sul, entre estes diferentes actores centrais e periféricos que sustentam modelos imunológicos com variações. Mas os mecanismos pesados, presos à ordem mais rígida da dominação, confundem-se ainda com o perpetuar de modelos já validados em nome da universalidade do conhecimento científico. A possibilidade de criar novos modelos, mais abrangentes, é muito mais reduzida e difícil, e certamente mais difícil ainda num campo onde a urgência de resultados e a aceleração da pesquisa incitam ao uso de modelos já experimentados. Este fenómeno torna-se tanto mais claro quanto mais se trate de fazer inovação científica em situações periféricas, onde a possibilidade de mudança choca e necessariamente se submete a modelos estabelecidos que aparecem globalizados, mas são, apesar de hegemónicos, também locais e paroquiais.

ANTROPOLOGIA COM CONSCIÊNCIA GLOBAL

O estudo social da ciência permite-nos elaborar algumas ideias sobre a cultura mundial contemporânea e desenvolver conceitos que permitam abordar a complexidade como centro, e não mais como uma categoria residual incómoda à antropologia. A partir do momento da tomada de consciência dos processos globais e da sua morfologia, estes passam a ser uma referência em qualquer processo local, mesmo que destacado e recortado do resto da existência humana. Lembremos o que aconteceu com um outro movimento que «ameaçou» desvirtuar a antropologia: os «hermenêuticos» dos anos 80¹⁹, acusados de abandonarem a etnografia e o estudo do outro para se entregarem à auto-análise e exegese dos textos antropológicos clássicos, transformando a disciplina numa combinação de literatura subjectivista com uma amadorística crítica literária. Feito o saldo desse movimento, no entanto, ficámos com «consciência hermenêutica na disciplina»²⁰. Ao perdermos a ingenuidade sobre a nossa capacidade de descrevermos os processos sociais de forma naturalista e positivista, ganhámos o conhecimento do papel central do trabalho interpretativo do etnógrafo; ao perdermos a «autoridade etnográfica», ganhámos o reconhecimento do trabalho interactivo e do processo dual que leva à constituição do conhecimento etnográfico. E voltámos ao trabalho de campo, com perspectivas mais ricas e variadas do que anteriormente, fortalecidos e amadurecidos.

¹⁹ E. g., George Marcus e Michael Fischer, *Anthropology as Cultural Critique*, University of Chicago Press, 1986, e James Clifford e George Marcus, *Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press, 1986.

²⁰ Roberto Cardoso de Oliveira, seminário do Museu Nacional, UFRJ.

O mesmo deverá acontecer com este esforço de abordar os processos mundiais. Não se trata de desvirtuar a antropologia, transformando-a em teoria de sistema mundo; trata-se antes de ganhar intimidade com essas áreas do pensamento social para poder ampliar, criativamente, o trabalho antropológico. Isso permitir-nos-á ultrapassar um mal estar na disciplina em relação ao objecto tradicional, imaginado em vias de extinção porque «contaminado» por processos externos, que o fizeram perder a «pureza» original — e acabar assim de vez com o desvio de percepção que associa os antropólogos à procura de restos e de margens, como os que ficam afectados pela construção de uma barragem, ou que estão ameaçados de transformação com a abertura de uma mina, ou aqueles cujo universo biológico se transforma pela introdução de um medicamento do exterior.

Permitam-me um exemplo de outro trabalho de campo, quando há vários anos participei numa equipa de pesquisa museográfica no interior do Algarve: vivíamos na ambiguidade que sentíamos a respeito da prevista chegada de luz eléctrica àquelas comunidades. Por um lado, tratava-se de uma aquisição interessante para a população, pensávamos, já que trazia vantagens materiais desejadas; mas, pensávamos também, incomodava e agredia essa «pureza etnográfica» que romanticamente queríamos captar, esse modo de vida que parecia tão integrado na base de técnicas manuais, esse sistema equilibrado, tradicional, e, na visão dos mais ingénuos, «milénar». Imaginávamos de imediato o mecanismo de criação de dependências que a nova tecnologia traria e, catastroficamente, a corrosão da sociedade que pensávamos frágil; um outro antropólogo que trabalhou numa área próxima e semelhante até publicou um livro descrevendo agonisticamente como a abertura de uma estrada acabou com o sistema local de agricultura e sociabilidade²¹. O problema conceptual residia na nossa incapacidade de perceber a luz eléctrica, tal como a estrada, como parte integrante e fundadora dos processos locais. Presos numa fantasia de sociedade estável e fechada, pensávamos aquelas como categorias residuais, externas, interferindo e perturbando os processos locais «independentes». Hoje existem trabalhos bem mais sofisticados integrando a dimensão global na local. Na sua maioria, esses estudos desenvolvem-se em torno de questões económicas — donde se tornam desenvolvimentos da análise marxista. É para podermos ter mais alternativas que ampliem ainda a possibilidade de pensar a complexidade da acção humana e expandir a acção da criatividade do pensamento antropológico que devemos insistir na abordagem de fenómenos globais em esferas não directamente económicas.

PERSPECTIVAS DE MORFOLOGIA GLOBAL

Ao analisarmos o processo de troca de ideias científicas entre comunidades biomédicas desenham-se-nos vários formatos de sistema global: uns de domina-

²¹ Robin Jenkins, *A Morte de Uma Aldeia Portuguesa*, Querco, 1983.

ção/hierarquia, dobrando a partição do mundo que já conhecemos da análise do capitalismo; outros de interação criativa, aproximando-se dessa imagem polifónica que os teóricos da pós-modernidade usam para descrever o mundo; e é um complexo combinar das várias gradações entre uma e outra que melhor descreve a ordem contemporânea e que nos permite saber que nada está definido acerca do futuro próximo do planeta; que tudo pode acontecer; que somos actores dessa possibilidade enquanto a analisamos e descrevemos; e que, em vez de vermos o campo da antropologia definhar com a «extinção» das sociedades isoladas, o vemos em perspectiva de crescer, intervir, criar mais e ser um espaço de ampliação da consciência humana onde se juntam o lúdico, a construção e a intervenção.